



PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES,
UNÍ-VOS!

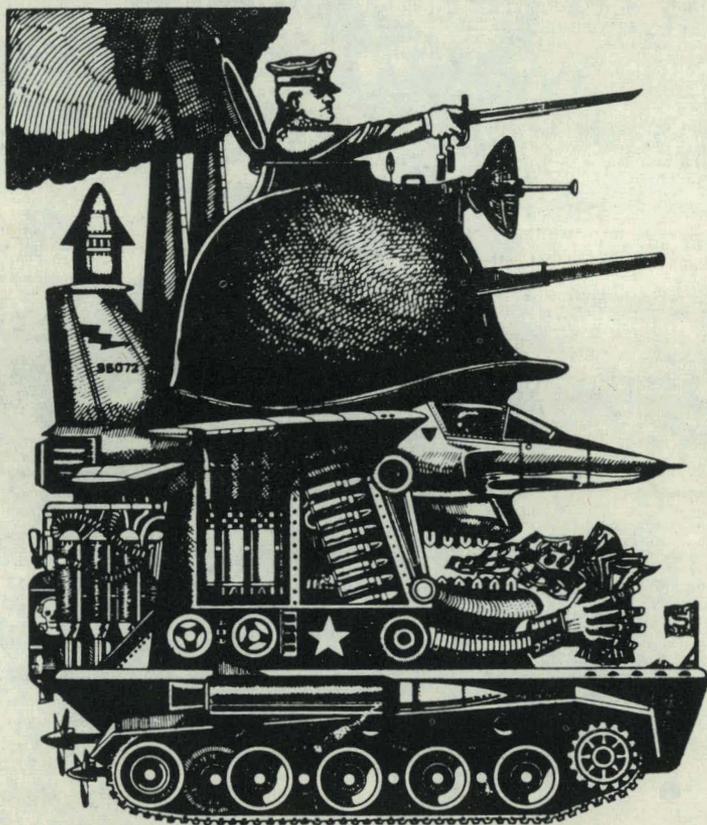
A CLASSE OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Nº 133

JANEIRO de 1979

ANO XIV



NESTE NÚMERO:

TUDO COMO DANTES... ● UMA FORÇA QUE NÃO PODE SER
SUBESTIMADA ● LUTA CONTRA A CARESTIA - EXIGÊNCIA DA HORA
PRESENTE ● O 50º ANIVERSÁRIO DO PC PERUANO ● O PARTIDO - UMA
NECESSIDADE HISTÓRICA



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

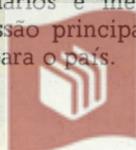
TUDO COMO DANTES...

Sem impactos nem surpresas, o general Figueiredo anunciou a formação do ministério que, com ele à frente, assumirá os postos da Administração Federal a partir de 15 de março. A nova equipe ministerial não chega a ser propriamente nova. Compõe-se, na sua maioria, de nomes conhecidos, já experimentados e desgastados em governos anteriores. Gente calejada na velhacaria política, no dispêndio abusivo do dinheiro público, na manipulação de dados estatísticos, no entreguismo desavergonhado. Todos afeiçoados ao regime de arbítrio.

É um ministério à imagem e semelhança do general contratado para a “presidência” da República pelos dois chefes de clans – Médici e Geisel – que maiores crimes cometeram contra a democracia e o povo brasileiro. Já na indicação dos governadores e senadores biônicos aparecia uma ponta do acordo entre essas duas principais camarilhas militares, do qual resultou a escolha de Figueiredo. Agora tornou-se ainda mais evidente. Lá estão, lado a lado, Delfim e Simonsen; Andreazza e Golberi; Elizeu Rezende e Karl Rischbieter; Cesar Cals e Ramiro Guerreiro; homens que serviram e estão ligados a uma das duas camarilhas dominantes. Na atual equipe, não faltaram, em bom número, membros das Forças Armadas. Dez dos ministros são militares da ativa ou reformados.

Quem aninhou esperanças de renovação no governo do ex-chefe do SNI deve-se sentir bem frustrado. A renovação não passa de simples repetição, a mesmíssima coisa do passado recente. Figueiredo não vai além do continuísmo e da mediocridade. Não há dúvida: a orientação econômico-financeira, calamitosa, será mantida e com mais rigor contra os interesses da nação; acentuar-se-á a dependência ao capital estrangeiro; a contenção dos salários com a redução progressiva do poder aquisitivo das massas prosseguirá, passo a passo com o suposto combate à inflação que, hoje, tem como uma das causas fundamentais a emissão maciça para garantir o aumento das reservas cambiais, suporte das dívidas externas em aumento; a agricultura aplicará o *slogan* delfiniano “exportar é a solução”, havendo mais incentivos ao latifúndio aburguesado, agora com a participação maior do capital estrangeiro. A “privatização” anunciada prenuncia mais acelerada desnacionalização da economia brasileira.

O ministério, um dos mais reacionários e inexpressivos, sob o comando de Figueiredo e Golberi, tem, assim, por missão principal seguir a trilha dos anteriores governantes de tão funestas conseqüências para o país.



No entanto, face ao crescimento da oposição e à precariedade de sua base de apoio, Figueiredo tentará “fazer política”. Para isso incluiu na pasta da Justiça o sr. Petrônio Portela, o homem do “diálogo” de Geisel, o pau-para-toda-obra, o faz-de-conta-que-é-ele-quem-faz. Nessa pasta, jogará com as cartas marcadas da “conciliação nacional” e do “entendimento em alto nível” de inspiração do serviçal da Dow Chemical Co. Sua tarefa é entreter e buscar dividir os adversários do governo, ganhar tempo, posando de democrata, a fim de que se consolide o esquema arbitrário da sucessão, montado com o “pacote de abril”.

Nesta ordem de idéias figura a chamada continuação das reformas constitucionais. Prevê-se a concessão de uma pseudo-anistia, restrita e negociada, que manterá nos cárceres e no ostracismo inúmeros patriotas e democratas. Fala-se na fixação de eleições diretas para o futuro (como falava Geisel no início do seu governo); na derrogação da Lei Falcão; na limitação do mandato dos senadores biônicos. Isto no quadro da emendada e remendada Constituição de 1967/69. Tudo ficará como está até... 1984 ou 1985! Os atos e leis de exceção, a começar pela própria Carta em vigor, imposta por uma Junta Militar, assim como seus complementos reacionários, serão conservados ou mudados apenas na forma.

Nada, porém, salvará do fracasso e da derrocada o governo de Figueiredo. A indicação do seu ministério já suscitou reservas e descontentamentos na área política. E as massas manifestam cada vez mais sua firme decisão de lutar por seus direitos e suas reivindicações mais sentidas. Só os cegos não vêem que são os generais retrógrados que dão as cartas, que põem e dispõem a seu talante dos destinos do país, a serviço da reação interna e dos monopólios estrangeiros. E quanto mais insistem em tutelar a nação, mais se acumulam as dificuldades, mais duras são as condições de vida do povo, mais o Brasil afunda-se na dependência e na crise.

A nação exige mudanças de profundidade e não aceita os planos continuistas do regime militar. Não admitirá as manobras de protelação e de conciliação. Nem a permanência por longo tempo no Planalto, nas governanças estaduais e no Senado de intrusos da pior espécie. Por isso, erguerá mais alto ainda a bandeira da luta pela liberdade política, pela anistia geral e irrestrita, pela abolição imediata de todos os atos e leis arbitrários. A convocação, por um governo democrático provisório, de uma Constituinte livremente eleita continua na ordem do dia.

Figueiredo e seu ministério terão o fim que merecem – serão destroçados pela ação das grandes massas, da oposição democrática que há de se ampliar e fortalecer.

Um povo que combate por seus direitos acabará triunfando.



UMA FORÇA QUE NÃO PODE SER SUBESTIMADA

Maria José

Os assalariados agrícolas constituem uma carga de alto teor explosivo que se acumula no interior do Brasil. Nos últimos quinze anos seu número passou de 3 ou 4 para mais de 8 milhões. Em 1976, só os assalariados temporários eram 1 807 000 em Minas Gerais, 796 000 no Paraná, 770 000 em São Paulo, 557 000 em Goiás, 311 000 no Rio Grande do Sul, 237 000 em Pernambuco. Estas cifras conferem nova dimensão a um problema ainda pouco estudado. Ressaltam o papel do proletariado rural na revolução brasileira, na presente etapa democrático-antiimperialista e em seu desdobramento socialista.

A PENETRAÇÃO CAPITALISTA NO CAMPO

A difusão do trabalho assalariado é o resultado mais significativo e mais característico da penetração capitalista em curso na agricultura brasileira. Faz parte de um processo objetivo de transformações aceleradas e brutais que estão se operando tanto na estrutura fundiária como na estrutura de classe do campo, sobretudo após o golpe de 1964. De Castelo Branco a Geisel, a ditadura sempre se pautou por uma política de incentivo à grande propriedade e à chamada lavoura empresarial. Sob a égide dessa política, setores consideráveis do latifúndio foram se aburguesando e passaram a empregar em ampla escala mão-de-obra assalariada. Muitos grupos capitalistas e monopólios estrangeiros fizeram o mesmo ao se estabelecerem diretamente na agricultura, em especial nas áreas de colonização recente, onde contam com total apoio do governo. O fundo de terras devolutas, submetido a intensa grilagem, reduz-se paulatinamente. Nas áreas onde o capitalismo penetrou, acentuou-se a desagregação dos antigos sistemas de parceria, meia, terça, colonato, etc., antes tão disseminados. Aprofundou-se também o arruinamento das pequenas propriedades camponesas. Milhões de famílias de antigos colonos, rendeiros, minifundiários foram privados do acesso à terra. Incorporaram-se ao contingente dos que vivem da venda de sua força de trabalho, na indústria e nos serviços, mas igualmente na agricultura. O proletariado rural multiplicou suas fileiras.

O capitalismo se apossa da agricultura brasileira reforçando o monopólio da terra. O velho sistema latifundiário acomoda-se e sobrevive à implantação das relações capitalistas, assim como sobreviveu no século passado à abolição da escravatura. A polarização social se acentua, e muito. Surge em cena, por exemplo, um verdadeiro monopólio rural como o grupo Atalla, que controla a Copersucar com suas 66 usinas,





domina 41% da produção nacional açucareira e ainda possui fazendas de café e de gado. Surge a figura sinistra de um Daniel Ludwig, o empresário ianque apadrinhado pelo Palácio do Planalto, com seu latifúndio incomensurável onde mais de 10 mil pessoas trabalham na exploração madeireira, no cultivo de arroz e na pecuária. Surgem empreendimentos agro-pecuários como a Codeara e a Suiá Missu, as fazendas da Volkswagen, do Bradesco, da Eletroradiobrás, da Anderson Clayton. No polo dos explorados cresce, ao lado do campesinato, a massa dos proletários rurais. O mais característico no Brasil não é a exploração do trabalho assalariado por uma camada mais ou menos numerosa de arrendatários e camponeses ricos, mas por um número reduzido de grandes fazendeiros. É o que ocorre em geral no cultivo do açúcar e do café, os

**CDM**Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

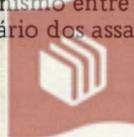
grandes empregadores de assalariados; é o que sucede também no cacau e na pecuária, em certas áreas rizicultoras e parcialmente na soja e no trigo.

OS PROLETÁRIOS DO CAMPO

Os assalariados agrícolas não formam um conjunto uniforme. Existem diferentes formas e gradações intermediárias entre eles e os camponeses. Muitas vezes, são camponeses pobres que se assalariam em certas épocas. Em outros casos, são fundamentalmente assalariados, mas completam seu sustento cultivando para si um pedaço de terra, própria ou alheia. Outros já perderam qualquer vínculo com a terra. Há os que trabalham no campo mas vivem na periferia das cidades, confinando com a classe operária e outros setores urbanos pauperizados. Uma parcela, tangida pela miséria, termina aproximando-se do lumpenproletariado. Alguns são assalariados permanentes, mas seu número reduziu-se nos últimos anos. Atualmente a grande maioria é contratada por dia, por empreitada ou estação, para eximir os empregadores de encargos trabalhistas. Somente esta última parcela correspondia em 1976 a 55% do total de trabalhadores agrícolas. Uns dependem de um intermediário, o "gato", outros são empregados diretamente pelo patrão. Existem ainda distinções e nuances entre denominações regionais como "boias-frias", "peões", "volantes", "clandestinos", "avulsos", "safristas", "eventuais", "diaristas", "temporários". O único elemento constante é a exploração, mais intensa ainda do que nos demais setores assalariados, a ausência de direitos, o trabalho estafante e mal pago.

Por outro lado, o tipo de desenvolvimento capitalista em curso na lavoura brasileira imprime peculiaridades às relações de trabalho assalariado. Ao implantar-se no campo, o capitalismo encontra, subordina e conserva não só o monopólio latifundiário da terra mas também uma série de outros resquícios herdados do feudalismo e até do escravismo. É comum encontrar-se assalariados sujeitos ao sistema do "barracão", à retenção por dívidas, a castigos físicos. A imprensa registra periodicamente denúncias de peões submetidos a trabalho escravo em fazendas da Amazônia e outras regiões. Nestes casos o jugo assalariado redobra devido às sobrevivências pré-capitalistas, que reduzem o trabalhador a um estado de semi-servidão.

Estas características particulares têm sua importância e exigem estudo apurado de cada situação concreta. Mas nenhuma delas pode obscurecer o que é geral e principal: os trabalhadores rurais que vivem fundamentalmente de seus salários são no essencial parte integrante do proletariado brasileiro. É muito difícil, senão impossível, encontrar na lavoura o proletariado em sua forma "pura", absolutamente isento de qualquer traço não proletário, idêntico ao que existe na grande indústria. Isto não invalida a constatação de que se formou no Brasil um contingente de muitos milhões de proletários rurais, que vendem sua força de trabalho, arrancando da terra a *mais-valia* que reverte em favor dos donos do capital. A natureza da contradição que opõe por exemplo o "boia-fria" ao fazendeiro de café ou ao usineiro é objetivamente a mesma da que opõe o operário ao industrial, é o antagonismo entre o capital e o trabalho. É aí que reside, acima de tudo, o potencial revolucionário dos assalariados agrícolas.



PERSPECTIVAS DE LUTA

Enquanto parcela do proletariado, os assalariados da lavoura estão objetivamente interessados em transformações sociais de caráter não só democrático-popular mas também socialista.

Eles são uma importante força motriz da revolução brasileira em sua presente etapa, popular e democrática, antiimperialista e antilatifundiária. Nesta etapa, combatem lado a lado com o conjunto do campesinato, contra o monopólio da terra, contra os latifundiários de velho e de novo tipo, pois os grandes senhores de terra são também os grandes exploradores da mão-de-obra assalariada. O programa agrário de nossa luta atual consiste em realizar uma reforma agrária radical, entregando a terra aos que a trabalham. É portanto um programa essencialmente democrático, embora crie as premissas e contenha os germens da transformação socialista no campo, prevendo a formação de fazendas de propriedade coletiva e estatal. A concepção trotsquista que ignora as etapas da revolução, termina na prática marginalizando da luta não só o campesinato mas também as massas assalariadas na lavoura.

Ao mesmo tempo, cabe aos operários industriais e ao seu destacamento de vanguarda a tarefa de despertar passo a passo a consciência socialista de seus irmãos de classe do campo. Ao expor o programa agrário da revolução democrática na Rússia, em 1906, Lênin indicava: "O Partido coloca-se como tarefa, em todos os casos e quaisquer que sejam as transformações agrárias democráticas, tender invariavelmente para a organização classista independente do proletariado agrícola, explicar-lhe a contradição irreconciliável entre seus interesses e os da burguesia rural, preveni-lo contra as ilusões do sistema da pequena economia (...) e, por fim, assinalar a necessidade da revolução socialista completa como único meio de abolir toda miséria e toda exploração".

No cumprimento desta tarefa, os comunistas partem do nível de consciência de classe existente com o objetivo de elevá-lo no decorrer da luta, do trabalho de propaganda, de organização das massas e do Partido. Levam sempre em consideração que a grande massa dos assalariados rurais é composta por antigos colonos, parceiros, minifundiários, etc., que se proletarizaram mas conservam em diferentes medidas vínculos, concepções e aspirações de classe próprias de sua condição anterior. A consciência socialista nunca surge espontaneamente, nem mesmo no proletariado industrial e menos ainda no proletariado agrícola. Exige trabalho sistemático e tenaz do Partido Comunista, no bojo dos embates de classe contra o capital.

O proletariado rural brasileiro ainda é jovem. Formado principalmente sob o tacão de uma ditadura militar tirânica, tem insuficiente experiência de luta. Existe nele uma revolta disseminada, mas surda, latente. Somente nos últimos anos surgiram os primeiros sinais de um lento despertar. Os "boias-frias" de São Paulo passaram a realizar dissídios coletivos, reivindicando salários mais altos, melhores condições de trabalho, de transporte e alimentação. A taxa de sindicalização vai aumentando pouco a pouco. Em



julho passado, 1 500 trabalhadores de cinco fazendas do vale da Ribeira entraram em greve contra um atraso nos seus salários. Durante a última campanha eleitoral houve em certas áreas um começo de mobilização política mais independente. É certo que o trabalho nesta frente apresenta enormes dificuldades. O fracionamento, a dispersão, o trabalho errante e embrutecedor são obstáculos que só um esforço paulatino, sistemático e continuado será capaz de superar. Um dos maiores desafios que a realidade atual coloca para os comunistas consiste justamente em colocar de pé essa legião de proletários, que partilha as mesmas condições de existência do operário industrial e se encontra numa situação de miséria ainda maior.

A força dos assalariados agrícolas não pode ser subestimada. Assim como a classe operária urbana e o campesinato, eles constituem um dos contingentes fundamentais do grande exército político que promoverá a transformação revolucionária da sociedade brasileira.

Do MANIFESTO-PROGRAMA do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

“Um governo popular revolucionário, procurando abrir caminho para o mais rápido desenvolvimento do país, realizará uma reforma agrária radical que acabe com todos os tipos de latifúndio e com todas as formas feudais de exploração. Desapropriará as propriedades latifundiárias e assegurará a posse da terra aos que trabalham ou desejam trabalhar no campo. Estimulará o cooperativismo. Garantirá aos camponeses crédito, ajuda técnica, preços mínimos compensadores e facilidades para o armazenamento e colocação de seus produtos. Com o fim de manter a unidade econômica dos grandes estabelecimentos agro-pecuários de alta produtividade, entregará a terra e os pertences destes estabelecimentos aos trabalhadores agrícolas sob a forma de propriedade coletiva e criará fazendas-modelo de propriedade do Estado.”



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

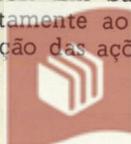
LUTA CONTRA A CARESTIA – EXIGÊNCIA DA HORA PRESENTE

Marta de Oliveira

O elevado custo de vida vem sendo fator de mobilização de amplas massas para a luta. A classe operária, por exemplo, vem-se empenhando em numerosas e combativas greves por aumento salarial para fazer frente à desenfreada carestia. Mas essa luta assumiu características próprias com o Movimento do Custo de Vida, que englobou operários, donas-de-casa, camponeses, comerciários, funcionários públicos, estudantes e outros setores da população. Assim, o combate à carestia que esteve presente nos movimentos operários do início do século e tomou expressão mais alta nos anos 50 em São Paulo no vigoroso movimento da panela vazia, foi retomado agora com maior força.

O MOVIMENTO DO CUSTO DE VIDA

Desde há muito, as inúmeras associações e organizações de moradores dos bairros da periferia da cidade de São Paulo vêm lutando por seus problemas sentidos, mesmo nos períodos de repressão mais feroz. Nos últimos cinco anos, algumas associações, sobretudo na zona sul de São Paulo, começaram a se levantar contra a crescente alta do custo de vida, realizando assembléias, abaixo-assinados, jornadas de rua, etc. As donas-de-casa desses diversos bairros populares passaram a formar grupos para comprar no atacado e lutar pelo congelamento de alguns gêneros essenciais. Medidas idênticas foram sendo assumidas em outros bairros da cidade, e ações conjuntas começaram a ser empreendidas. Assim a luta contra a carestia foi ganhando amplo foro e se transformando num fator de unificação das várias organizações de bairro da periferia de São Paulo. Essa movimentação contra a carestia foi-se alargando no bojo do recente processo de ascenso da luta antiditatorial, originando assim o atual Movimento do Custo de Vida, que ganhou maior expressão na capital paulista em março do ano passado, numa manifestação da qual participaram cerca de sete mil pessoas. Pouco a pouco espalhou-se pelo interior de São Paulo, atingindo depois outros Estados, onde adquiriu características próprias. Em Feira de Santana (Bahia), por exemplo, o Movimento do Custo de Vida fundiu-se ao movimento contra o desemprego. Em várias cidades de Goiás, os debates realizados contaram com predominante participação de lavradores. Além de ratificar as reivindicações mais importantes do manifesto contra a alta do custo de vida, o movimento local acrescentou outras referentes aos problemas do Estado, como o acesso à terra, crédito para os pequenos lavradores e possibilidades para eles comercializarem diretamente seus produtos. Em São Paulo, onde adquiriu maior envergadura, o Movimento se uniu estreitamente ao movimento grevista, exercendo importante papel na organização e ampliação das ações grevistas das fábricas para os

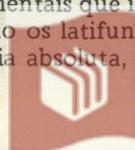


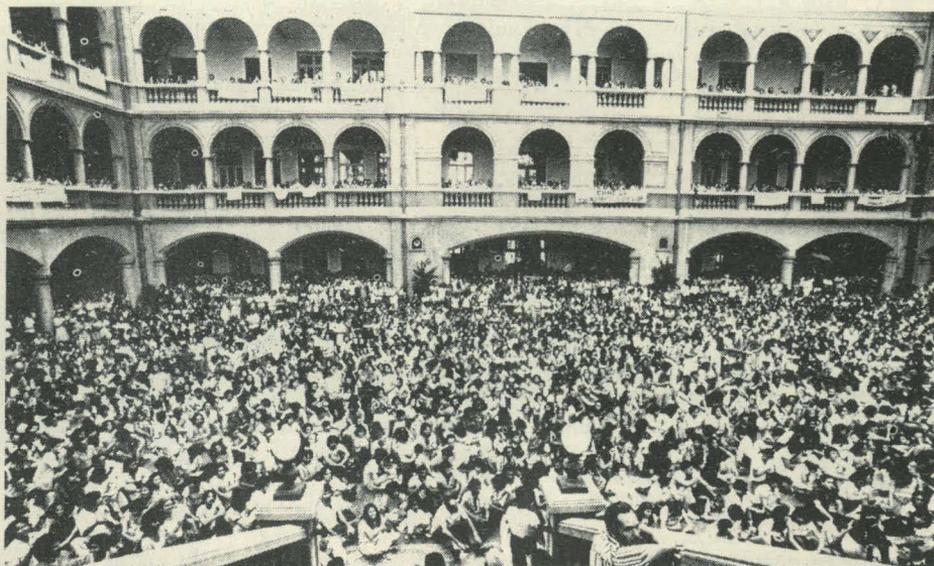
bairros e vice-versa. Ainda em São Paulo, o Movimento ousou enfrentar constantes ameaças repressivas da reação e promoveu manifestações de grandes proporções como a de vinte mil pessoas na Praça da Sé. E através de jornadas realizadas em diversas cidades foram coletadas mais de um milhão de assinaturas contra a carestia.

OS PROPÓSITOS DO MOVIMENTO

O manifesto tornado público pela coordenação do Movimento do Custo de Vida de São Paulo tem amplos horizontes. Nele se diz que a carestia não se restringe apenas aos gêneros alimentícios, mas também atinge as tarifas dos transportes, os aluguéis, o serviço sanitário, as taxas de energia elétrica, de água e outros serviços de utilidade pública. As três exigências mais importantes apresentadas: abono salarial e sem desconto para todas as categorias de trabalhadores; aumento salarial superior à elevação do custo de vida, e congelamento dos preços dos produtos de primeira necessidade traduzem os anseios sentidos de todos os trabalhadores e das massas populares. Ao fundamentar essas três exigências, o manifesto não se limita à denúncia pura e simples da carestia. Com justa razão, vincula o combate ao elevado custo de vida à luta contra a nefasta atuação dos monopólios estrangeiros, que arrancam polpidos lucros com a exploração dos trabalhadores brasileiros, à luta contra a política econômica da ditadura voltada para a exportação e destinada a conseguir dólares, que depois voltarão em maior proporção para o exterior com o pagamento das dívidas contraídas pelo governo. O manifesto também se posiciona contra os grandes latifundiários que emperram o desenvolvimento do campo brasileiro e prejudicam os pequenos lavradores, fornecedores de gêneros de primeira necessidade, bem como contra a ação ambiciosa dos açambarcadores intermediários. O manifesto vai mais adiante ao condicionar o atendimento de suas exigências à conquista da plena liberdade, premissa básica para a livre participação do povo nas questões políticas, econômicas e sociais da nação.

Acertadamente, portanto, o manifesto esclarece que a carestia de vida não é resultado de reajustes salariais, de fatores acidentais como as enchentes e mudanças climáticas ou da crise do petróleo, como pretendem os prepostos da ditadura. Na verdade, as causas desse fenômeno angustiante para o povo brasileiro são estruturais, estreitamente ligadas à formação e ao tipo de expansão do capitalismo no Brasil, ao controle exercido pelos monopólios estrangeiros e nacionais sobre o país, à expansão do sistema latifundiário-exportador, fartamente favorecido pelos generais no poder, enfim, ao modelo de desenvolvimento econômico dependente. Esse modelo implantado pelo regime ditatorial, por muito tempo endeusado pelos imperialistas, estimulou os latifundiários aburguesados, e mais recentemente os poderosos monopólios agro-pecuários, a produzirem intensamente para a exportação, secundarizando a produção de gêneros de primeira necessidade como o feijão, arroz, leite, entre outros. A oferta desses gêneros foi grandemente reduzida, sobretudo se levarmos em conta o crescimento da população e a crescente alta dos preços. A isto devemos agregar, entre outros fatores, a anarquia que se verifica na esfera da produção e da distribuição devido à falta de planejamento econômico de caráter democrático, fenômeno próprio do sistema capitalista. Além dos fatores fundamentais que influem no tipo de propriedade e produção agrícolas capitalistas, beneficiando os latifundiários em detrimento do povo, como a renda diferencial e a renda fundiária absoluta, outros elementos decorrentes da





própria especificidade do desenvolvimento capitalista no Brasil vêm influir agora sobre todos. As constantes estiagens e a pouca capacidade das terras em reter a água, situação que vem sendo constante nos Estados do sul do Brasil (principais centros agrícolas do país), deve-se ao desmatamento indiscriminado e descontrolado que se pratica hoje em dia em todo o território nacional. Há menos de 30 anos, o Rio Grande do Sul, para citar um exemplo, tinha 48% do seu território coberto de florestas; atualmente, as florestas não chegam a cobrir 2% do território rio-grandense. No âmbito da distribuição dos produtos toda sua estrutura e instrumentos reguladores visam principalmente o favorecimento dos especuladores, empurrando os preços para cima. Enquanto isso, o povo tem cada vez menos acesso aos gêneros alimentícios, milhares de litros de leite são lançados nos rios, toneladas de tomate e de cebola são destruídos pelos grandes açambarcadores a fim de forçar a alta dos preços, milhares de pintos são mortos logo depois de nascidos. Os pequenos produtores, por sua vez, ficam com sua mercadoria empitada, e muitas vezes se arruinam por falta de armazenamento e transportes para seus produtos e de outras condições que o governo só concede aos grandes produtores. Paradoxalmente, o governo importa leite em pó, feijão e cebola a preços inacessíveis para o povo. E isto torna-se ainda mais escandaloso quando se sabe que o Brasil possui um imenso fundo agrícola. Por outro lado, como o povo costuma dizer, enquanto os preços sobem de elevador, os salários arrastam-se pelas escadas, segurados pelo arrocho salarial imposto pelo regime militar. Em recente pesquisa realizada pela "Folha de S. Paulo", 19 produtos alimentícios indispensáveis comprados há quase um ano, dobraram de preço, ou seja, aumentaram em 100%. Segundo a DIEESE, para atender as exigências previstas pela própria Constituição vigente, o salário mínimo, em São Paulo, deveria ser de Cr\$ 5 300,00, em 1978, quando hoje ele ainda se situa em Cr\$ 1 560,00. Recentemente, a Federação dos Servidores Públicos de Brasília denunciou em carta aberta ao general Geisel, que nestes últimos cinco anos o aumento dos vencimentos dos



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

empregados públicos foi de 128%, enquanto que o custo de vida, segundo os dados oficiais atingiu 211%.

AMPLIA-SE A LUTA

A crise econômica aprofunda-se. A inflação passa da casa dos 40% há três anos seguidos. A agricultura no ano passado cresceu negativamente em torno de 3%, segundo dados oficiais. Voltam ou permanecem nos mais altos postos de governo os mesmos prepostos do regime ditatorial, destacados protetores do capital estrangeiro e do latifúndio, responsáveis por essa situação catastrófica de crescente endividamento, extrema concentração da renda em mãos de um punhado de parasitas, desbragada corrupção, arrocho salarial e agravamento das condições sociais. No futuro governo, as diretrizes fundamentais serão as mesmas e os homens serão os mesmos, apesar das encenações e promessas demagógicas próprias de cada momento de rendição de guarda, quando um general assume o posto da presidência em substituição a outro. Assim, os graves problemas econômicos e sociais tendem a se agravar.

Com justa razão, portanto, as massas populares empenham-se na luta contra a carestia. Esta é a sua resposta aos falsos argumentos do regime sobre o custo de vida e a inflação. As posturas assumidas em particular pelo Movimento do Custo de Vida dão o tom a essa luta, indicam, com oportunidade, que o regime militar não pode nem está interessado em resolver o problema da carestia. Aliás, as autoridades governamentais de São Paulo e de Brasília fizeram pouco caso das reivindicações populares, no melhor estilo de pedantismo e arrogância dos opressores. Essa atitude, porém, longe de fazer arrefecer o movimento serviu para revelar ainda mais o caráter antipopular do regime militar. Em várias manifestações contra a carestia, realizadas desde outubro do ano passado no leste da cidade de São Paulo e em Cidade Dutra, Vila Brazilândia, Mauá, etc., inúmeros participantes se posicionaram assim: "Por que eles têm medo da gente? Porque o povo consciente não é explorado. Temos uma força que não sabemos e que agora estamos descobrindo". Muitas das assembleias populares eram iniciadas com a música do "Peixe Vivo", cuja letra, modificada, dizia: "Como pode um presidente ofender a tanta gente".

Os combatentes da carestia prosseguiram ainda mais decididos em sua luta, que se radicalizou e adquiriu feição ainda mais política. Foi o que ficou patente, nos comícios organizados pelo Movimento do Custo de Vida em cinco áreas da capital de São Paulo em apoio à greve dos metalúrgicos desta cidade e dos subúrbios de Osasco e Guarulhos. Agitando frigideiras vazias, os manifestantes protestavam contra o elevado custo de vida e denunciavam a recusa do governo em atender as exigências de congelamento dos preços e aumentos de salários. Em São Miguel Paulista, por sua vez, 1 500 pessoas realizaram uma manifestação onde gritavam "Abaixo a repressão", "Mais arroz, mais feijão", "Trabalhamos muito e estamos com fome", "Empregos e salários justos". Tudo isso desafiando as forças repressivas da ditadura que policiavam ostensivamente o local. O Movimento do Custo de Vida uniu-se aos vários contingentes populares na luta pela liberdade política e assumiu posição ativa nas últimas eleições parlamentares, apoiando candidatos populares e elegendo representantes seus para o Congresso Nacional e Assembleias Estaduais. Ultimamente, o Movimento fez o I Encontro Nacional de seus representantes nos dias 27 e 28 deste mês, em São Paulo. Muitas propostas de unificação



e organização do movimento em nível nacional serão apresentadas. É esperada grande afluência de representantes de vários Estados do Brasil. Esta importante iniciativa seguramente será um passo decisivo para a ampliação do movimento à escala nacional.

A LUTA CONTRA A CARESTIA PODE REUNIR AMPLAS MASSAS

O Movimento do Custo de Vida vem assumindo papel importante na unificação e mobilização dos moradores dos bairros populares e na ligação estreita com outras lutas do povo. Em São Paulo, onde primeiro despontou, esse Movimento uniu todos os bairros da periferia para a luta contra a carestia como também relacionou-se com o movimento operário nas fábricas, dando-lhes ajuda de diversas formas, inclusive fundando comitês de apoio à greve no âmbito dos bairros. Durante as inúmeras manifestações realizadas pelo Movimento em São Paulo tornam-se freqüentes os apelos em prol da reforma agrária vindos dos trabalhadores rurais que agora vivem na cidade. Eles exclamam veementemente: "É preciso dar terra para plantar arroz, feijão e milho, para dar comida aos brasileiros". Nas diversas regiões do país onde o Movimento do Custo de Vida vem se implantando, logo se liga às manifestações populares em curso, fornecendo-lhes maior amplitude. Em cidades médias e pequenas tem-se vinculado às reivindicações da luta pela terra, contra o desemprego e por exigências populares próprias de cada local.

É tarefa importante unir cada vez mais esse importante Movimento à luta pela liberdade política, contra o regime ditatorial – anseio geral do povo. E elevar o nível da participação popular nas lutas em todos os recantos do país.

Certamente, a luta contra a carestia, contra a alta do custo de vida, deve continuar se estendendo, galvanizando milhões de brasileiros. Precisa unir-se ainda mais à luta dos trabalhadores por melhores salários, por terra e por direitos políticos, contribuindo ainda para apressar a derrubada da ditadura e para a conquista da liberdade política, caminho seguro para alcançar a democracia popular, única capaz de acabar com a carestia e garantir melhores condições de vida para os trabalhadores.

Do MANIFESTO-PROGRAMA do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

"Um governo popular revolucionário terminará com a carestia da vida, adotando drásticas medidas contra a inflação e contra os açambarcadores e especuladores. Incentivará a produção e reduzirá os impostos que incidem sobre os artigos de primeira necessidade. Reajustará os salários e vencimentos. Reorganizará a previdência social de modo a garantir aos beneficiários aposentadorias e pensões adequadas."



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

O 50º ANIVERSÁRIO DO PC PERUANO

O Partido Comunista Peruano, marxista-leninista, completou meio século de existência. Fundado em 7 de outubro de 1928, por José Carlos Mariátegui, aderiu logo depois, em março de 1929, à III Internacional Comunista. Partido combativo do proletariado, manteve sempre no alto a bandeira da grande doutrina da classe operária, a bandeira da luta pela libertação nacional e pelo socialismo.

Nestes cinqüenta anos de atividade, o PC Peruano adquiriu larga experiência de luta, ligou-se mais ainda à classe que lhe deu origem e que ele dignamente representa. Conduziu inúmeras batalhas contra a burguesia, os latifundiários e o imperialismo, em defesa dos interesses vitais dos trabalhadores e do povo desse país vizinho.

Foi um dos primeiros partidos operários, na América Latina, a romper radicalmente com o revisionismo contemporâneo. Em 1964, na IV Conferência Nacional, expulsava de suas fileiras a camarilha traidora de Jorge del Prado, Acosta e Barrio, agentes da burguesia e do social-imperialismo russo. Em 1965, elaborava uma linha política proletária e revolucionária, concorde com as condições concretas da luta nacional e social no Peru.

Combatendo o revisionismo soviético e sua agência no país, o Partido Comunista Peruano não se deixou levar pela pregação reformista e nacionalista burguesa dos dirigentes chineses, que consideravam o regime militar de Alvarado, e depois de Bermúdez, como avançado e progressista. “Enquanto os marxistas-leninistas à frente do povo trabalhador lutam contra o regime militar que serve aos desígnios do imperialismo ianque – assinala uma nota do CC do PC Peruano – os revisionistas chineses o apoiavam há vários anos. Qualificaram de ‘nacionalista’ o regime de Velasco e de Bermúdez; elogiaram sua política, supostamente encaminhada à defesa da soberania nacional e dos recursos naturais; levaram até extremos e ridículos limites a chamada defesa das 200 milhas de mar territorial; enalteceram até onde puderam os ‘êxitos’ da indústria de pesca e derivados como se fosse obra de Velasco e apesar de que este a levou à bancarrota, causando o desemprego de dezenas de milhares de trabalhadores; louvaram as pseudonacionalizações, promovidas no interesse dos próprios norte-americanos, pois é sabido que foram eles que propuseram a venda de suas instalações nas minas de Cerro de Pasco e Marcona, hoje novamente funcionando com a ‘ajuda’ financeira dos Estados Unidos; elevaram até as nuvens a ocupação das jazidas petrolíferas pagas a peso de ouro aos capitalistas ianques. Enfim, enalteceram também a pretensa reforma agrária dos



generais, cuja aplicação trouxe maior pauperização no campo e a crise alimentícia que se agravou no país”.

Desta forma, o Partido Comunista Peruano desmascarava a atuação dos generais reacionários que pretendiam impor ao Peru um regime antinacional e antipopular. Nas condições de clandestinidade, o Partido defendeu uma orientação justa e ligou-se às massas, tendo alcançado consideráveis êxitos, sobretudo no trabalho entre os camponeses. Recentemente, participou, em frente-única, da campanha eleitoral pela Constituinte, elegendo vários deputados comunistas, entre os quais o camarada Saturnino Paredes.

Defendendo o marxismo-leninismo e os interesses da revolução, o Partido Comunista Peruano tomou posição clara e fundamentada contra a teoria dos três mundos. Numa importante declaração política do Comitê Central, sublinhou: “O PC Peruano, marxista-leninista, expressa sua condenação à Teoria dos Três Mundos por sua essência contra-revolucionária que atenta contra o marxismo-leninismo e o internacionalismo proletário. Ao mesmo tempo, reitera sua condenação ao imperialismo norte-americano, ao social-imperialismo soviético, ao revisionismo iugoslavo, ao chamado ‘eurocomunismo’ e a todos os reacionários do mundo e declara que, na luta contra esses inimigos da revolução mundial, estará ao lado dos partidos comunistas que se atêm às idéias científicas de Marx, Engels, Lênin e Stálin e persistem firmemente em fazer a revolução”.

Os comunistas peruanos, marxistas-leninistas, comemoraram o 50º aniversário de fundação do seu Partido, lutando pelas liberdades, contra o regime militar; batalhando em favor da verdadeira independência nacional, contra o imperialismo norte-americano e seus agentes; pugnando pelos interesses da classe operária e de todo o povo trabalhador, contra a burguesia reacionária e os senhores de terra; defendendo a revolução e o socialismo, contra os oportunistas de todos os quilates.



OUÇA DIARIAMENTE:

RÁDIO TIRANA

Das 7:00 às 7:30 horas – Ondas de 25 e 31 metros
 Das 20:00 às 21:00 horas – Ondas de 31 e 42 metros
 Das 22:00 às 23:00 horas – Ondas de 31 e 42 metros
 Das 23:00 às 23:30 horas – Ondas de 31 metros



O PARTIDO – UMA NECESSIDADE HISTÓRICA

Os cinquenta anos de existência do Partido Comunista do Brasil ensinam que o Partido é uma exigência histórica do desenvolvimento da sociedade brasileira. Unicamente a organização de vanguarda do proletariado pode conduzir o povo à sua libertação e à conquista do socialismo.

O Partido foi a força impulsionadora das principais lutas de massas de sentido progressista que se realizaram no país. Ajudou a classe operária a organizar-se e a pugnar por conquistas sociais. Foi a primeira organização política do país que demonstrou ser o latifúndio uma das causas do atraso do Brasil e também a primeira a reclamar a entrega da terra aos camponeses. Igualmente foi o Partido que, em primeiro lugar, denunciou a dominação imperialista e revelou em diferentes períodos o processo de espoliação crescente do povo brasileiro pelos monopólios internacionais. Através de longos anos de luta ele forjou uma consciência nacional, antiimperialista. As campanhas em defesa do petróleo e, em geral, das riquezas nacionais foram iniciadas e conduzidas pelo Partido. O PC do Brasil teve grande atuação na luta pelas liberdades democráticas. Pugnou pelo direito de greve, de organização independente do proletariado, dos camponeses e dos estudantes. Reclamou a completa emancipação da mulher. Defendeu a livre manifestação do pensamento e a liberdade de criação artística. Denunciou e combateu sem descanso o regime de opressão vigorante no país. Difundiu a idéia da transformação radical da sociedade brasileira e definiu o caráter da revolução no Brasil. Particularmente em 1935 e, agora, após sua reorganização, ergueu bem alto a bandeira da revolução.

O Partido Comunista do Brasil é, assim, uma exigência da evolução social. Sua presença na vida do país não é fenômeno acidental nem artificial. Por isso mesmo, nenhuma força reacionária pôde destruí-lo. No curso dos últimos cinquenta anos, o Partido sofreu, tanto por parte da reação como de inimigos de classe nele infiltrados, sérios golpes, mas nunca foi liquidado. Em 1939/40, a reação fascista conseguiu destroçar seus órgãos dirigentes e quase todas suas organizações. Em curto período, o Partido se reergueu. Em 1941/45, foi ameaçado pelos liquidacionistas, porém não se deixou eliminar. Quando em 1957/58, os revisionistas avassalaram as fileiras partidárias e, na mais grave tentativa de liquidação do Partido, procuraram transformá-lo numa organização social-democrata, encontrou forças para prosseguir em seu caminho. Se reorganizou e deu um salto adiante.



Estes cinquenta anos de vida política vieram mostrar de maneira convincente que o Brasil precisa de um partido autenticamente proletário, verdadeiramente revolucionário, um partido de luta pelo socialismo. Na época atual, só a classe operária pode dar rumo conseqüente à luta democrática e de libertação. Como os fatos têm demonstrado, a burguesia não é capaz de conduzir com êxito o processo revolucionário. Sob sua direção, o movimento por transformações mais profundas na sociedade tem sofrido repetidos reveses e tem mesmo retrocedido. Tampouco a pequena burguesia pode estar à frente da revolução. Embora combativa e atuante, é uma camada social instável. Com freqüência assume posições extremadas, ora a reboque da burguesia, ora engajada num radicalismo fora da realidade. A direção do movimento revolucionário pelo proletariado é, hoje, uma imposição da história, uma lei objetiva do desenvolvimento social. Quanto mais se aprofunda a crise geral do capitalismo, mais evidente se torna a tendência para o socialismo, que só pode ser alcançado sob a hegemonia da classe operária, com a derrota da burguesia e a instauração da ditadura do proletariado. A este cabe dirigir não só a luta de libertação nacional como também a revolução em todo o período de transição do capitalismo ao socialismo, a fim de levar o povo brasileiro ao comunismo.

Mas a direção do proletariado só será assegurada se ele possuir seu partido de classe, independente, efetivamente revolucionário, orientado por uma teoria de vanguarda. Esse tipo de partido, pelo qual se luta há cinquenta anos, é o Partido Comunista do Brasil.

(Extraído do documento do PC do Brasil – CINQUENTA ANOS DE LUTA)

Do MANIFESTO-PROGRAMA do PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

“É imprescindível que todos os que desejam mudar o atual estado de coisas se congreguem estreitamente. Os operários e os camponeses, núcleo fundamental da unidade do povo, junto com os estudantes, os intelectuais progressistas, os soldados e marinheiros, sargentos e oficiais democratas, os artesãos, os pequenos e médios industriais e comerciantes, os sacerdotes ligados às massas e com outros patriotas constituirão o elemento indispensável para conseguir um governo popular que realize um programa revolucionário. A unidade da esmagadora maioria da Nação é necessária e possível e, sob a direção da classe operária, será a força capaz de varrer todas as barreiras que se ergam no caminho da emancipação nacional e social do povo brasileiro.”



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois